

A GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: INFLUÊNCIAS DO GERENCIALISMO NO PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO

EDUCATION MANAGEMENT IN CAPITALIST SOCIETY: MANAGEMENTISM INFLUENCES IN THE HUMANIZATION PROCESS

LA GESTIÓN EDUCATIVA EN SOCIEDAD CAPITALISTA: INFLUENCIAS DEL GERENCIALISMO EN EL PROCESO DE HUMANIZACIÓN

Polyane PRIMO¹

Tania da Costa FERNANDES²

RESUMO: No contexto de Estado capitalista, organizado em classes, cujos interesses revelam-se antagônicos, as políticas educacionais, em linhas gerais, recebem a interferência da lógica do capital. Considerando os aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais que envolvem a definição destas políticas, a problemática em questão versa sobre o modelo de gestão gerencialista presente na educação pública da sociedade capitalista neoliberal. Os objetivos do estudo consistem em analisar este modelo de gestão gerencialista da educação, com características empresariais que se pautam no atendimento à necessidade do mercado global, identificando os seus impactos na formação dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora; e compreender as suas possíveis influências no desenvolvimento humano. Para tanto, ancora-se no método materialista histórico dialético e tem como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Como resultado, observa-se que a definição de políticas públicas sociais, entre elas, à educação, a partir da conjuntura mercantil, não é algo novo e, portanto, direciona para uma gestão de ações educativas voltadas para a adequação do sujeito à força de trabalho, a fim de atender às necessidades de contínua reestruturação do capital. Conclui-se, então, que é plausível o resgate de uma reflexão acerca do modelo de gestão da educação que proporcione um processo de apropriação da cultura e objetivação do sujeito, em que a escola tem seu trabalho educativo voltado para o social, no sentido de rompimento com a lógica do capital e possibilitando o desenvolvimento do homem novo, a partir de uma educação emancipadora.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão da Educação. Capitalismo. Humanização.

Introdução

Ao buscar compreender o modelo de gestão da educação que se efetiva no atual contexto de sociedade de classes, a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético frente aos projetos societários que estão em disputa, é preciso considerar toda a conjuntura que envolve o Estado capitalista, o qual evidencia os aspectos políticos e econômicos, contemplando interesses desenvolvimentistas das classes dominantes, muitas vezes, antagônicos aos interesses da classe trabalhadora.

Para tanto, é conveniente caracterizar a sociedade na qual esta gestão se materializa.

1 Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR), Pedagoga do Quadro Próprio do Magistério na Secretaria de Estado da Educação do Paraná. E-mail: polyane30@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3182-6377>

2 Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP). Professora e Pesquisadora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR). Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq Políticas Públicas, Currículo, Gestão e Sociedade. Email: taniafernandes@uel.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0954-0153>

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 31, pc82020, p.295-309, jan./dez. 2020, ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31i0.8328

Wood (2003) evidencia que a forma como as sociedades organizam-se em relação ao atendimento de suas necessidades básicas as diferenciam uma das outras, entretanto, é com o sistema capitalista, cujos bens e serviços são produzidos para e através do mercado, que leva a sociedade contemporânea a uma dependência deste mesmo mercado como condição fundamental da vida.

Sob esta perspectiva, as relações sociais foram gradativamente alinhando-se aos interesses de Organismos Multilaterais, como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros, os quais procuram orientar as políticas públicas na tentativa de elevar a economia dos países considerados periféricos às condições mais próximas de economia dos países centrais, os quais possuem poder político e econômico e, deste modo, tem a oportunidade de não apenas influenciar, mas também ditar regras para a definição destas políticas.

Contudo, considerando os possíveis efeitos desta mundialização do capital e o avanço tecnológico, marcada por interesses mercantis, pensar a gestão da educação pública no país é um mecanismo importante para as frações das classes dominantes, principalmente ao empresariado e industriais, a fim de obtenção de um conformismo social e de mão de obra qualificada para a execução de multitarefas.

Martins (2009) acentua que a reorganização social, política e econômica dos países capitalistas indicaram as bases para o exercício da cidadania e os limites da organização da sociedade civil¹, no sentido de obtenção do consenso, considerando, portanto, a estabilidade política do Estado capitalista e a afirmação do empresariado, enquanto fração das classes dominantes e como classe dirigente.

Assim, a busca por subsídios que permitam uma reflexão sobre o contexto político, econômico, social e cultural em que a instituição escolar está inserida, no qual influencia e é influenciada, faz-se necessário para uma melhor compreensão desta proposta de estudo. Pois, ter um olhar para a totalidade do universo educacional, considerando as possíveis interferências da lógica mercantil no processo social e, conseqüentemente, no processo de humanização, é imprescindível para entender as contradições e desafios impostos à escola e aos sujeitos a ela inerentes, considerando sua função social e a luta de classes presente na sociedade capitalista.

Neste sentido, a problemática em questão versa sobre o modelo de gestão gerencialista preponderantemente exercido na educação pública, e tem como objetivo analisar o quanto suas características empresariais pautadas no atendimento à necessidade do mercado global, **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 31, pc82020, p.295-309, jan./dez. 2020, ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31i0.8328

impacta na formação dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora, bem como também pode influenciar, direta ou indiretamente, no desenvolvimento humano. Para tanto, este estudo ancora-se no método materialista histórico dialético, e tem como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica.

A análise fundamenta-se em autores, como Cury (1986; 2002), Laval (2004), Martins (2009), Mészáros (2007), Neves (2005), Tonet (2019), Wood (2003), entre outros que também evidenciam criticamente a definição de política educacional pautada em resultados, em que prevaleçam características empresariais voltadas para eficiência, eficácia, responsabilização e meritocracia, refletindo numa educação minimalista e dual relacionada à ótica mercantil. Tais apontamentos são entendidos pelos autores como um desafio ao trabalho pedagógico da escola que se pretende, numa contra-hegemonia e caráter contraditório, ou nas palavras de Mészáros (2007) “contra-internalização”, voltar-se para a formação que almeja a emancipação do sujeito. Destarte o modelo gerencialista de gestão educacional caracteriza-se pelos princípios desta sociedade capitalista, fazendo-se necessário superá-lo, a fim de tornar a gestão condutora de um processo educacional mais humanizado.

Gestão gerencialista da educação e a lógica do capital

A partir de uma perspectiva neoliberal de Estado capitalista, em que a sociedade é organizada em classes com interesses divergentes, ou seja, nas palavras de Wood (2003) “classes produtoras diretas e classes apropriadoras” da produção, facilmente é assimilável o desejo de atender à satisfação individual ou de um bloco que detém o poder político e econômico, principalmente no que se refere ao comando imperativo do mercado. Neste sentido, a educação é representada como um bem de capital (LAVAl, 2004), pois pode intervir para a reprodução dos interesses das frações dominantes dos meios de produção.

Desde a década de 1990, logo após o Consenso de Washington e a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, onde compareceram vários representantes da economia, política e blocos empresariais, o escopo principal foi otimizar a força de trabalho e aumentar a produtividade, numa visão mercadológica com foco na obtenção de resultados a fim de elevar o desenvolvimento de países considerados de economia periférica.

Neste sentido, sob a orientação e investimentos de Organismos Multilaterais, como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros, os países considerados periféricos passam a objetivar uma

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 31, pc82020, p.295-309, jan./dez. 2020, ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31i0.8328

reforma no aparelho do Estado, a fim de configurar a erradicação da pobreza, a diminuição dos gastos públicos, propondo um projeto de desenvolvimento social e econômico distante de ser humanitário. Uma gestão consolidada nos interesses do mercado, o qual busca alta produtividade, eficiência e eficácia, num modelo gerencial de gestão pública.

A elaboração de metas e estratégias para o campo da administração pública denota o caráter empresarial, impregnado pela lógica do capital. Ressalta-se que nestes eventos sinaliza-se para uma gestão educacional que vislumbre a superação da baixa qualidade da educação pública, a qual é compreendida como um mecanismo crucial para atingir a pauta mercantil.

Atualmente, há um avanço nos projetos neoliberais, caracterizando uma ruptura entre o capital e o trabalho. Não há uma postura de conciliação de interesses no que diz respeito à lógica do mercado e a garantia, por parte do Estado, de atendimento social ao sujeito, mas sim a imposição de propostas desenvolvimentistas que priorizam o lucro, uma vez que o Estado assume, enquanto poder político, a função de regular o sistema capitalista, defendendo e legitimando os objetivos das classes sociais que dele se servem.

Assim, de acordo com Silva e Carvalho (2014), o Estado toma como princípio o estabelecimento de um Estado Mínimo como provedor do bem-estar social, tornando-se um ente regulador, o qual vê no processo de mundialização do capital e avanço tecnológico o eixo central para a reestruturação do modo de produção capitalista.

Para tanto, na perspectiva neoliberal, há uma necessidade de desburocratizar a gestão pública, inserir outros agentes nesta administração, como as organizações sociais, numa parceria com entes privados. Mais especificamente no campo educacional, o qual é entendido como necessário para o avanço do capital, pois fornece a mão de obra qualificada para o trabalho, aponta-se para maior participação da sociedade na gestão educacional, a fim de democratizar a educação e formar o profissional polivalente que o mercado precisa.

Sob essa ótica, e para atender a necessidade de reestruturação do capitalismo, o qual apresenta constantes crises, as frações das classes dominantes, como por exemplo, empresários e industriais, sinalizam para a necessidade de nova configuração de gestão pública, a partir de reformas no Estado, implicando, também, em novos padrões de gestão do serviço público oferecido, dentre eles, a escola, considerada como um aparelho ideológico do Estado.

Deste modo, esse gerencialismo na gestão pública reverbera-se no campo da educação, principalmente àquela ofertada à classe trabalhadora, a partir da definição de políticas

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 31, pc82020, p.295-309, jan./dez. 2020, ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31i0.8328

educacionais que norteiam o fazer pedagógico nas escolas, as quais impõem o espírito de competitividade, individualismo, meritocracia, e prioriza a aferição de desempenho dos estudantes. Ou seja, a valorização de dados quantitativos, classificando por mérito e pelo “esforço” individual.

Entende-se que a perspectiva gerencial, onde se prevê alcance de resultados e a propagação da ideia de que somente o modelo empresarial é capaz de alcançar os melhores índices educacionais para a conquista da qualidade almejada quanto ao ensino formal às crianças e jovens, culmina na reorganização da gestão da educação pública, considerando os aspectos quantitativos que privilegiam os produtos e os resultados medidos em avaliações de larga escala padronizadas, as quais permitem, inclusive, o ranking entre as escolas, uma vez que a escola “[...] é cada vez mais responsabilizada pelo seu sucesso ou seu fracasso, uma vez que os governos consideram os recursos disponibilizados suficientes para que progridam e se desenvolvam” (SILVA e CARVALHO, 2014, p. 222).

Pensar a gestão da educação a partir da lógica do capital, é buscar compreender, entre outros fatores, o enfoque que o planejamento estratégico traz para o campo educacional, a importância do monitoramento eletrônico, do controle social, e o reducionismo dos processos educativos, com um currículo mínimo que não dialoga com a intenção de uma formação integral do sujeito, entendido, como ser social.

Destarte que a implantação de um modelo gerencial de gestão na educação, aponta para a superação das características burocráticas e tayloristas, entretanto, adota um perfil próprio do setor privado que busca a estabilização do aspecto financeiro a partir da desregulamentação do mercado e fluxo de capital, impactando na educação, sem considerar as diferenças socioculturais e econômicas, sintetizando a hegemonia neoliberal de que é necessário o mínimo de condições básicas de vida e de instrução ao indivíduo para, como classe trabalhadora e produtoras diretas, possam mover o capital.

Cury (1986, p.54) evidencia que na sociedade capitalista “[...] a educação se impõe como manifestação-produção mediante as relações de classes. As contradições existentes nas relações de classe se fazem presentes na educação, dada sua presença imanente nessa totalidade histórica e social. O autor afirma que, considerando os estudos gramscianos, a sociedade política, representada pelo Estado, num movimento dialético com a sociedade civil, entendida, por sua vez, como grupo que contempla propriedade e interesses privados, condicionam a segmentação e hierarquização da educação, consolidando a lógica mercantil e fazendo com que a educação ocupe papel importante frente ao processo de concretização de

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 31, pc82020, p.295-309, jan./dez. 2020, ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31i0.8328

uma concepção de mundo, em que prevalecem os interesses particulares dominantes (CURY, 1986).

De acordo com Neves (2005, p. 104), o aparelho escolar “[...] também tem tido um papel pedagógico fundamental na conformação do novo homem coletivo requerido pelo neoliberalismo de Terceira Via”. E complementa: “[...] corroborando a tese gramsciana de que a escola tem, no mundo contemporâneo, a função primordial de formar intelectuais de diferentes níveis” (NEVES, 2005, p.104). Desta forma, entende-se que “[...] os princípios orientadores da educação formal devem ser desatados de seu tegumento da lógica do capital, de imposição da conformidade, e em vez disso, mover-se em direção a um intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes. (MÉSZÁROS, 2007, p. 214).

Neste sentido, a prática pedagógica de educar para o consenso, reproduzindo a ideologia dos blocos dominantes, a partir de uma gestão gerencial da educação, de característica empresarial a qual busca melhores resultados a partir de indicadores educacionais, faz da escola um espaço simbólico que prioriza técnicas meritocráticas, com um currículo esvaziado e que legitima interesses privados delineados no âmbito das diretrizes políticas da educação contempladas nas agendas governamentais, a fim de contribuir na formação mínima da classe trabalhadora, a qual move o capital, direcionado pela mão invisível do mercado.

Mészáros (2007) sinaliza que a educação institucionalizada sempre atendeu aos objetivos de fornecer conhecimentos e força de trabalho à máquina produtiva, favorecendo o avanço exacerbado do capitalismo, e também legitimou por muito tempo os interesses dominantes. E complementa que “as determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais” (MÉSZÁROS, 2007, p.206). Gentili (1998, p.72) afirma que o neoliberalismo “[...] privatiza a escola pública, negando desta forma o direito à educação das maiorias e aprofundando os mecanismos históricos de exclusão social aos quais estão submetidos os setores populares”.

Em outras palavras, a educação exerce, sob essa ótica capitalista, a mediação para que o sujeito internalize e naturalize objetivamente o domínio do capital, sendo, para tanto, a escola a instituição com papel fundamental para a reprodução desta internalização. Assim, para uma mudança no que se refere à gestão da educação, não basta apenas uma reforma educacional intramuros, pois facilmente as referências capitalistas seriam restabelecidas, mas faz-se necessário o rompimento com a lógica mercantil, da propriedade privada dos meios de

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 31, pc82020, p.295-309, jan./dez. 2020, ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31i0.8328

produção, do individualismo e do lucro, a fim de desmistificar a ação do capital sobre esse processo de internalização, no sentido de implementar uma gestão da educação que rompa com essas características e intencionalidades empresariais e gerenciais, voltando-se para uma educação pública cujo objetivo é a emancipação política e econômica dos jovens da classe trabalhadora, garantindo, assim, a instrumentalização necessária para o seu processo de humanização e cidadania plena.

Gestão da educação à luz da teoria histórico-cultural

Quando se procura analisar como as políticas educacionais impactam na definição de modelos de gestão da educação, primeiramente é preciso compreender também que estas são entendidas como ideias e ações aplicadas, inclusive no âmbito escolar e, portanto, contribuirão como norteadores do trabalho de formação do ser social. Entretanto, não se pode reduzir o fazer pedagógico à reprodução das condições apresentadas pela ordem, muitas vezes, ditadas pelo capital, mas também produzir novas políticas.

Enquanto processos sociais construídos historicamente, as políticas educacionais configuram-se como um complexo contraditório de condições históricas que implicam um movimento de ida e volta entre as forças sociais em disputa (CURY, 2002). Neste sentido, a gestão da educação é atravessada por condições de implementação, as quais requerem disponibilidade financeira, tempos e espaços, profissionais, além de outras condições materiais e imateriais, de modo que demande uma constante mediação de conflitos.

A partir do método materialismo histórico dialético, compreender como as políticas educacionais são definidas e como elas direcionam a gestão da educação é fundamental para um processo educativo de qualidade, sempre tão defendido nos discursos das agendas governamentais. Entendendo que o modelo de gestão da educação que melhor atende aos anseios sociais é aquele que não apenas oportunize ao estudante o acesso à aprendizagem, mas também garanta as condições de ensino para a síntese do seu conhecimento, evidenciando a necessidade de buscar uma formação que transforme a prática social humana.

A teoria da psicologia sócio-histórico-cultural, conforme Mateus (2009), apresenta uma reflexão sobre o conceito de transformação e sobre o potencial de controle do ser humano sobre si e sobre o mundo a sua volta, aspectos estes fundamentais da teoria vigotskiana, apontando a atividade humana como a ação intencional para a mudança da realidade objetiva e subjetiva. Na medida em que os sujeitos sociais relacionam-se uns com os outros, a transformação ou desenvolvimento humano é compreendida como, especialmente, **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 31, p.82020, p.295-309, jan./dez. 2020, ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31i0.8328

processos interpessoais e intrapessoais que permitem a efetivação da práxis colaborativa no universo escolar.

Sob esta ótica, destaca-se que os estudos de Vigotsky concentram-se nas áreas da linguagem e do pensamento, e reconhece que a zona de desenvolvimento proximal afirmada por ele como, concomitantemente, um instrumento e um resultado do processo de desenvolvimento humano, trata-se, também, de uma perspectiva que busca a compreensão da humanização a partir da relação do “mais experiente” para o “menos experiente”, ou seja, do social para o individual.

Mateus (2009) afirma que a aprendizagem antecede o processo de desenvolvimento, e acreditar que este se constitui como apenas um processo de internalização entre pessoas é reduzir a dialogicidade dos pares (sócio-histórico-cultural) nesse desenvolvimento, mantendo uma visão interacionista e, portanto, dualista. Assim, pensar na transformação é analisar de forma ampla a participação do indivíduo em comunidade, de como que se compreende a aprendizagem para além das atividades pedagógicas escolares, mas sim a atuação na prática social, antecedendo tudo aquilo que está prescrito nos currículos.

Contudo, a autora também relata o processo de desenvolvimento humano a partir de uma aprendizagem expansiva em que o gênero humano não apenas está exposto, assimila e internaliza a cultura, como também produz novos artefatos para sua existência, por meio da atividade e do trabalho, ou seja, produzindo cultura (MATEUS, 2009).

Em consonância com esta perspectiva de desenvolvimento humano, e contrariando uma visão neoliberal de fragmentação da inserção do homem na vida social sob formas de exploração, Martins (2009, p. 40), afirma que:

A humanidade não pode ser explicada pelas tentativas de redução do indivíduo e da sociedade, pela eliminação da história e pela naturalização da cultura. Isso porque o homem é resultante de um processo complexo, que refletem, pela individualidade, toda a humanidade da qual o sujeito faz parte. Trata-se, na verdade, de um processo composto pela síntese de múltiplas relações que abrangem a natureza, as forças materiais, as relações de produção e as relações sociais gerais. (MARTINS, 2009, p. 40).

Evidencia-se, então, revisitando as teses vigotskianas, a redefinição do conceito de desenvolvimento, não somente como aquisição de práticas sociais pelos indivíduos, mas também um processo coletivo, histórico, de negação de culturas que se chocam para a transformação de novas práticas, mudando a si e aos outros.

Neste sentido, concentra-se a importância da inter-relação entre o papel da atividade de ensino e aprendizagem colaborativa, contribuindo para a formação inicial e contínua dos professores, a fim de transformação da práxis e produção de novas práticas culturais para criar e/ou recriar a identidade docente, a qual fortalece a formação crítica de crianças e jovens e a sua própria enquanto professor, ser mais experiente. A partir de uma atividade de ensino-aprendizagem colaborativa voltada para uma ação educativa de caráter social, econômico, cultural, histórico e educacional, Mateus (2009, p. 46) retrata que “[...] o desafio está em enfrentarmos contradições, superarmos tensões e ultrapassarmos fronteiras, mediados por princípios éticos de respeito e de valorização de diferentes e, muitas vezes, conflitantes vozes”.

Portanto, ao apoiar-se nas concepções vigotskianas, é preciso compreender que há diferentes artefatos que são ferramentas mediadoras da apropriação da cultura e que, no campo educacional, é pela ação docente, já como uma síntese das práticas sociais vivenciadas e estudadas, que se torna possível compreender que a humanização e desenvolvimento se dão a partir da aprendizagem com o outro e com as relações sociais que estabelecem.

Ressalta-se, a partir de um resgate referente ao modelo de Estado e sociedade capitalista, que as políticas educacionais não são definidas somente a partir de frações das classes sociais que dominam os meios de produção e reguladas pelo Estado capitalista, mas também são desenvolvidas pelos entes que as executam, de forma que o ponto de partida está, muitas vezes, na proposta de trabalho já existente, desdobrando-a e reorganizando-a. Vieira (2007, p. 56) compreende que as políticas “[...] representa(m) o espaço onde se manifesta a ‘politicidade inerente à educação’, na medida em que traduzem expectativas de ruptura ou de continuidade”, resultando na reprodução de um modelo gerencial de gestão ou numa nova proposta de gestão compartilhada, na tentativa de ser um pouco mais humanizadora.

É perceptível, entretanto, o quanto setores empresariais articulam-se com o intuito de formar para o consenso, ou seja, sob a perspectiva do capital, influenciam na gestão educacional, a fim de garantir a formação de intelectuais que advoguem a favor da hegemonia dos interesses das frações dominantes dos meios de produção. Mas, ao caracterizar uma ação pedagógica que vislumbre a criticidade, o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, a psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica apontam que cabe à educação escolar a transmissão e socialização dos conhecimentos historicamente sistematizados, a fim de serem apropriados, enquanto saberes clássicos, essenciais e verdadeiros.

Assim, tanto a psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica se apropriam de uma concepção dialética e, por isso, entendem que a educação escolar requer planejamento e intencionalidade, saberes historicamente sistematizados e ações didáticas que evidenciem uma organização orientadora do ato de ensinar em consonância com a prática social, propondo a transformação, ou seja, a humanização e produção de cultura e, para tanto, é papel da gestão educacional, em âmbito macro, e dos gestores escolares, no interior das instituições de ensino, conduzir ações e proporcionar os subsídios necessários para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem, considerando a formação humana integral.

Mészáros (2007) retrata que o papel da educação é crucial para a efetiva superação da alienação e auto-alienação do trabalho, procurando discutir a necessidade de universalização da educação e universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora, as quais se complementam. Pois, o trabalho é pode ser entendido como a base que ordena a sociedade, porém, é a educação que oferecerá subsídios para a superação do desafio histórico de alienação do trabalhador, num processo contra-hegemônico que evite sua reificação, mas oportunize e possibilite a formação integral do sujeito, numa educação emancipadora e transformadora da realidade social.

Em geral, ao analisar a categoria trabalho, evidenciando o método materialista histórico dialético, é possível compreendê-lo para além de si mesmo, observando as relações sociais em suas múltiplas dimensões, como linguagem, arte, ciência, socialidade, política, educação, entre outros aspectos devidamente articulados, oportunizando ferramentas que medeiam o enfrentamento à formação fragmentada e valorizando a constituição ontológica da natureza do ser e a essência social.

Ao analisar a divisão social do trabalho, próprias das sociedades capitalistas, Tonet (2019) enfatiza que há uma intensificação destas contradições expostas pela fragmentação do saber, de um lado o saber fazer e de outro o pensar, trabalho manual e trabalho intelectual, respectivamente, justificando a manutenção da exploração e domínio de classe.

Cabe, portanto, à gestão educacional, refletir sobre a superação da fragmentação do saber, fruto de um Estado capitalista, organizado em classes, as quais consideram a materialização social e suas manifestações na economia, política, antropologia, sociologia e demais ciências, como abordagens autônomas. É preciso diminuir a cisão entre estes saberes, compreender que estão interligados, apontar para uma formação além do capital, numa visão da totalidade, que é repleta de contradições e, contudo, efetivar um processo formativo que se opõe a reprodução da ordem social imposta pelo mercado.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 31, pc82020, p.295-309, jan./dez. 2020, ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31i0.8328

Mészáros (2007) defende a necessidade de repensar a educação para além da lógica do capital, no sentido de propor uma radical mudança estrutural. Tal transformação no âmbito educacional que permita uma visão da existência e desenvolvimento humano, considerando a categoria trabalho, porém, com a intenção de superação da expropriação do homem pelo próprio homem, rompendo a insaciável busca do capital pela acumulação, cada vez mais flexível, que reproduz e mantém uma constante luta de classes, dominantes e dominados, cujos interesses antagônicos são mediados pelo Estado que, segundo Mészáros (2007), é a força política que colabora para a permanente e incontestável dominação do capital, o qual é irreformável e, portanto, pela sua natureza reguladora, incorrigível.

Mészáros (2007), sobre o papel da educação, compreende que a aprendizagem é a própria vida do sujeito, desde a juventude até a velhice, traz elementos para analisar a gestão da educação, do ponto de vista do capital, como elitista, com característica meritocrática, tecnocrática e empresarial, mantendo a ordem do capital, ao passo que, no campo ideal, busca-se uma visão mais expansiva sobre a educação quanto a sua função social, num processo de mediatização de elementos e mediação da cultura para a sua apropriação por parte dos sujeitos, de forma consciente e objetivada.

Tonet (2019), por sua vez, defende a ideia da interdisciplinaridade, procurando desvelar os equívocos de seu entendimento, no sentido de evidenciar uma formação humana que permita a transformação da prática social e a superação dessa dicotomia pedagógica, a qual coloca em evidência uma educação de classes, ou seja, um processo de ensino para subordinação e outro para a dominação.

Por isso, uma atividade educativa que se pretenda emancipadora passa, necessariamente, pela apropriação de um saber que permita a compreensão desta sociedade como uma totalidade, até a sua raiz mais profunda e que também possibilite compreender a origem, a natureza e a função social da fragmentação, desmistificando, ao mesmo tempo, a sua forma atual. (TONET, 2019, p. 25).

Este propósito somente será possível compreendendo que todas as partes que integram o saber, é uma totalidade que versa sobre a necessidade de domínio metodológico para a atividade educativa, buscando essa formação omnilateral, politécnica, do ser social em suas múltiplas faces.

Diante do exposto, é relevante compreender os mecanismos que podem influenciar a definição de políticas educacionais, considerando-as como uma das dimensões sociais que mais são relevantes para a perpetuação de um ensino minimalista e dual, ou que contribua ao

fortalecimento da gestão da educação, e que esta, por sua vez, prime pelas oportunidades de um processo de formação humana cuja intenção esteja voltada à emancipação do sujeito e para a produção de um mundo unitário.

Considerações finais

A partir do estudo realizado, é possível constatar que o campo das investigações relativas às políticas educativas está em expansão, uma vez que oportuniza condições de reflexão sobre as influências de blocos das classes dominantes, entendidos como classe dirigente na visão de Gramsci, definindo as políticas educacionais, direcionando um modelo de gestão gerencial empresarial na educação, seja no sentido macro das políticas públicas, como também no perfil dos gestores no interior das instituições de ensino até chegar ao fazer pedagógico da sala de aula.

Neste sentido, a definição de políticas públicas sociais, entre elas para a educação, a partir da lógica do mercado, não é algo novo e, portanto, direcionam para uma gestão de ações educativas voltadas para a adequação do sujeito à força de trabalho, a fim de atender às necessidades de contínua reestruturação do capital.

Considerando que o desenvolvimento do conhecimento está dialeticamente entrelaçado aos processos sociais, para melhor compreensão dos impactos desta gestão de resultados, torna-se fundamental uma análise da conjuntura cuja estrutura do Estado capitalista, com uma sociedade organizada em classes, aponta para a exploração da força de trabalho para obtenção de lucros. Para tanto, contribui o método materialista histórico dialético, ao pautar-se nas categorias da contradição, mediação, reprodução e totalidade, conforme apontadas por Cury (1986), além da categoria da práxis.

Entende-se, também, que a escola, enquanto aparelho ideológico do Estado, apresenta categorias contrastantes, entre a mudança e a manutenção dessa ordem que estreita a visão da educação e da concepção de vida intelectual

Para a superação da lógica mercantil na educação, é necessária uma gestão da educação implicada em práticas mais humanizadoras, democrática, pautada em princípios que respeitem a historicidade e a cultura produzida socialmente, pela qual a ação pedagógica é reflexiva e crítica, proporcionando a possibilidade de uma contra-hegemonia, uma libertação do conformismo social universal, para uma prática pedagógica que vise à emancipação do sujeito e a transformação social. Mas, para que seja possível a mudança abordada neste estudo, é necessária uma tomada de consciência quanto aos domínios individuais e sociais, a

produção e apropriação da cultura, a relação educação e trabalho, o papel formativo da escola rompendo com a legitimação de um Estado capitalista que defende os interesses de classes dominantes e, portanto, do capital, a partir da expropriação e alienação da classe trabalhadora e das imposições concretas dos males capitalistas.

Assim, defende-se que é plausível o resgate de uma reflexão acerca do modelo de gestão da educação que proporcione um processo de apropriação da cultura e objetivação do sujeito, em que a escola tem seu trabalho educativo voltado para o social, no sentido de rompimento com a lógica do capital e possibilitando o desenvolvimento do homem novo. Uma gestão educacional longe de ideais genuinamente empresariais, de características gerenciais, mas com ação educativa mediadora, de qualidade socialmente referenciada, numa perspectiva democrática em que a instituição escolar possa se revelar de todos e para todos.

EDUCATION MANAGEMENT IN CAPITALIST SOCIETY: MANAGEMENTISM INFLUENCES IN THE HUMANIZATION PROCESS

ABSTRACT: In the context of a capitalist state, class-organized, whose interests prove to be antagonistic, educational policies, in general, receive the logic of capital interference. Considering the historical, political, economic, cultural and social aspects that involve the definition of these policies, the issue in question concerns the managerial model of state education management present in neoliberal capitalist society. The objectives of the study are to analyze this model of educational management, with entrepreneurial characteristics, that is based on meeting the needs of the global market, identifying its impacts on the working class identity formation and to understand its possible influences on human development. For that, it is anchored in the dialectical historical materialist method and its methodological procedure is bibliographic research, in the light of historical-cultural psychology and historical-critical pedagogy. As a result, it is observed that the definition of social public policies, including education, based on the mercantile conjuncture, is not something new and, therefore, heads towards the management of educational actions aimed at adapting the subject to the workforce in order to meet the needs of continuous capital restructuring. It is concluded, then, that it is plausible to rescue a reflection about the model of education management that provides a process of cultural appropriation and objectification of the subject, in which the school has its educational work turned to the social, aiming at breaking with the logic of capital and enabling the development of the new man, based on an education for emancipation.

KEY- WORDS: Education management. Capitalism. Humanization.

LA GESTIÓN EDUCATIVA EN SOCIEDAD CAPITALISTA: INFLUENCIAS DEL GERENCIALISMO EN EL PROCESO DE HUMANIZACIÓN

RESUMEN: En el contexto de Estado capitalista, organizado en clases, cuyos intereses se muestran opositorios, las políticas educativas, en general, reciben la intromisión de la lógica del capital. De acuerdo con los aspectos históricos, políticos, económicos, culturales y sociales que involucran la definición de estas políticas, la problematización en cuestión aborda el modelo de gestión gerencial presente en la educación pública de la sociedad capitalista neoliberal. Los propósitos del estudio son analizar este modelo de gestión gerencial educativa, con características empresariales que se guían en el atendimento a la necesidad del mercado global, identificar los impactos en la formación de los sujetos que forman parte de la clase obrera; y comprender sus posibles influencias en el desarrollo humano. Por eso, se basa en un método dialéctico materialista histórico y hay como metodología la

investigación bibliográfica, a la luz de la psicología histórico-cultural y de la pedagogía histórico-crítica. Como resultado, se observa que la definición de políticas públicas sociales, entre ellas, a la educación, basada en la coyuntura mercantil, no es algo nuevo y, así que, direcciona para una gestión de acciones educativas convertidas a la adecuación del sujeto a la fuerza del trabajo, por fin atender a las necesidades de reestructuración continua del capital. Finalmente, se concluye, que es verosímil rescatar una reflexión alrededor del modelo de gestión educativa que propone un proceso de apropiación de la cultura y objetivación del sujeto, en que la escuela plantea su trabajo educativo dirigido a lo social, en el sentido de ruptura con la lógica del capital y que permita el desarrollo del nuevo hombre, desde una educación emancipadora.

PALABRAS CLAVE: Gestión educativa. Capitalismo. Humanización.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. 3.^a Reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

CURY, C. R. J. *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Autores Associados, 1986.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à Igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, pp. 245-262, jul. 2002.

GENTILI, P. *A Falsificação do Consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Planta, 2004.

MARTINS, A. S. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MATEUS, E. Práxis colaborativa e as possibilidades de ser-com-o-outro. In: SCHETTINI, R. H.; et al (Org.). *Vygotsky: uma revisita no início do século XXI*. vol. 2. São Paulo: Andross, 2009. p. 17-52.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. In: MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

NEVES, L. M. W. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M.W. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 84-125.

SILVA, M. S. P. da; CARVALHO, L. S. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. In: *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 50, n. 36, p. 211-239, set/dez. 2014.

TONET, I. Interdisciplinaridade, formação e emancipação humana. In: BARROS, M. S. F.; PASCHOAL, J. D.; PADILHA, A. (Org.). *Formação, Ensino e Emancipação Humana: desafios da contemporaneidade para educação escolar*. Curitiba: CRV, 2019, p. 13-28.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 31, pc82020, p.295-309, jan./dez. 2020, ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31i0.8328

RBPAAE – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

WOOD, E. M. O que é (anti)capitalismo. *Revista Crítica Marxista*, n. 17. Editora Revan, 2003. p. 37-50.

Submetido em: Fevereiro/2020.

Aprovado em: Novembro/2020.

Publicado em: Dezembro/2020.

****Como referenciar o artigo:**

PRIMO, P., FERNANDES, T. da C. A gestão da educação na sociedade capitalista: influências do gerencialismo no processo de humanização. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente-SP, v. 31, pc82020, p.295-309, jan./dez. 2020, ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31i0.8328